

Testemunhos do exílio: reconstruções de identidades mineiras (1964-2004)

Marcelina Silveira de Queiroz *

Resumo: Este estudo busca compreender e problematizar aspectos ligados à ditadura militar no Brasil, implantada em 1964, e seus desdobramentos, focando principalmente a trajetória de alguns exilados, a volta do exílio, bem como a inserção sócio-política e identitária de exilados políticos mineiros no contexto da redemocratização brasileira (1979-1989). Sua relevância é marcada pelo fato de envolver as histórias de homens e mulheres que foram punidos por denunciar ou combater a opressão do regime civil-militar, sofreram cortes e rupturas irreparáveis, ou até mesmo, perdas definitivas e ainda não completaram seu trabalho de luto, já que muitos estão em processo de luta por reparações morais, financeiras e até mesmo históricas. Portanto, é através do relato e registro dessas experiências que se buscou apreender a história e a memória, de luta e de luto, desses sujeitos históricos.

Palavras Chave: ditadura militar, exílio, redemocratização.

Abstracts: This study intends to understand and questioning aspects linked to the military dictatorship that began in 1964, focusing the trajectory of some exiled, the returning from exile and the insertion social, political and identity of politicians exiled from Minas Gerais into the re-democratization context (1979-1989). The relevance of the study justifies itself for the fact of that this history involved diverse men and women who had been punished by denouncing or fighting the oppression of the regimen civilian-military, had suffered irreparable ruptures, or even though, definitive losses and still they had not completed its work of in mourning. Many of them are in process of fight for moral repairings, financial and even though historical. Therefore, it is through the story and it register of these experiences, that if it searched to apprehend history and the memory, of fight and in mourning, of these historical citizens.

Keywords: military dictatorship, exile, re-democratization.

Pensamos que a memória social brasileira ainda apresenta possibilidades de construções e interpretações do passado, que permitam uma compreensão mais abrangente dos acontecimentos e do conteúdo de uma etapa importante da história recente do país, especialmente no que se refere ao exílio e à reintegração social dos exilados.

Considerou-se para esta pesquisa, amparada em trabalhos anteriores¹, ser o exílio uma estratégia política - adotada pelos militares - de deslocar o lugar das falas discordantes do regime instituído. Por isso, o aparelho ideológico cristalizado na ditadura se ocupou de eliminar a força instituinte ou fundadora da esquerda brasileira, transformando-a numa

¹ Aqui estou me referindo a dois trabalhos específicos, onde essa idéia já aparece: CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio: Entre Raízes e Radars*. Rio de Janeiro: Record, 1999 e GRECO, Heloisa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese de doutorado apresentada a FAFICH – UFMG. Belo Horizonte, 2003.

experiência ultrapassada e deslocada do seu contexto histórico. Desta forma, a inserção dos exilados só ocorreu na medida em que estes movimentos foram incorporados, todavia, sem sua força inaugural.

Segundo Heloísa Greco, “o exílio joga papel fundamental no processo de destruição continuada do espaço público levado a cabo pelos militares”. Ela aponta para o fato da sociedade brasileira se ver privada de diversos atores sociais importantes, devido ao afastamento de um grande contingente de homens, mulheres e até mesmo crianças, o que “agrava de maneira significativa a desertificação social então em curso”. Para ela, essa é “a produção do mais desolado vazio de militância política” (GRECO, 2003: 149-150).

Por tudo isso, o caleidoscópio da memória coletiva apagou de seu arranjo alguns registros capazes de dar sentido à ação política dos movimentos de resistência dos anos 70.

O objetivo dessa pesquisa foi o de tentar contribuir para a re-atualização, mesmo que parcial, de experiências ricas e significativas do passado recente da história política e social brasileira. O que se buscou nos depoimentos destes sujeitos históricos foi traçar pontos convergentes, diferenças ou oposições que possibilitem e auxiliem na compreensão da experiência do exílio, do retorno e da inserção destes sujeitos no novo cenário político brasileiro.

Emblema da condição humana, o exílio é um problema de muitas nuances. Por isso, sempre foi tema recorrente na história da humanidade. Por ser uma experiência primordial, está presente, com suas representações e simbologias, na mitologia, na história e na literatura de todos os tempos. Configura-se como arquétipo da cultura Ocidental.

O exílio, quase sempre, constitui-se como um ato de violência e uma forma radical de exclusão política. Ele é fruto da dominação e da intolerância, especialmente quando a partida para o estrangeiro não é voluntária, mas imposta como banimento. Ele significa “a perda total de referências políticas e do direito de pertencer a algum tipo de comunidade organizada, a privação do espaço da ação e do discurso e, conseqüentemente, a negação da possibilidade de luta pela liberdade” (GRECO, op. cit. p.153).

A propósito, Hannah Arendt nos diz que:

[...] A privação fundamental dos direitos humanos manifesta-se, primeiro e acima de tudo, na privação de um lugar no mundo que torne a opinião significativa e a ação eficaz. Algo mais fundamental do que a liberdade e a justiça, que são os direitos do cidadão, está em jogo quando deixa de ser natural que um homem pertença à comunidade em que nasceu, e quando o não pertencer a ela não é um ato de sua livre escolha [...] (ARENDR, 1989:130-131).

No entanto, apesar de todos os aspectos negativos, a experiência do exílio é ambígua e nem sempre é uma fatalidade. Ela não se caracteriza apenas por aspectos negativos ou por

uma experiência de rupturas, rejeições e renúncias. O exílio apresenta outra faceta: a capacidade imaginativa e criadora daquele que o experimenta, implicando, também, “sutura, reconstrução e recomeço” (QUEIROZ, 1998:7).

As reflexões acerca desse objeto de estudo, com base nos depoimentos prestados, nos permitiram chegar a alguns indicativos promissores que encaminham proposições sugestivas, na medida em que darão continuidade a esta pesquisa. Os dados recolhidos e analisados nos autorizaram a inferir que:

1. Considerando todos os “males” e “desgraças” decorrentes de tal experiência, constatou-se que o exílio nem sempre aniquila. Uma outra realidade foi descortinada e a ambigüidade dessa experiência se tornou aparente nos relatos. Muitos depoentes representaram a experiência do exílio de forma positiva. Se por um lado representou a perda de identidades, rupturas e incertezas; por outro o exílio revelou ser uma experiência construtiva, uma vez ter contribuído para a formação de um sujeito cosmopolita, informado e conectado com outras culturas. Além disso, a experiência do infortúnio acabou por revelar um lado menos trágico do humano: a solidariedade. Vários depoentes alegaram que foram bem recebidos e acolhidos com carinho nos países por onde passaram, especialmente no Chile. Isso, de certa forma, minimizou os efeitos trágicos do exílio.

2. Apesar das diferenças de participação e atuação política e do grau de envolvimento no combate à ditadura, todos os entrevistados estavam envolvidos com questões de fundo político e tinham em comum o desejo de mudança e transformação do país. Além disso, todos, sem exceção, declararam ter saído para o exílio em decorrência de sua militância política, seja pela pressão psicológica, pelo medo e pela insegurança da clandestinidade, da perseguição ou pelo fato de terem sido condenados pela Justiça Militar, além, é claro, dos casos de banimento.

Não fizemos, para este estudo, a distinção entre quem foi exilado, banido ou foragido. Todos os depoentes consideram o exílio como compulsório e alegam que saíram devido às circunstâncias, que impuseram o exílio como única condição possível.

3. Percebeu-se, através dos depoimentos, que os exilados que saíram do Brasil no período seguinte ao golpe militar - que classificamos para esta pesquisa como sendo a “geração de 64” e que alguns depoentes chamam de “primeira leva” - eram pessoas que já possuíam uma formação e experiência profissional. Era composta por indivíduos ligados à atividade política, como ministros e deputados, como também por profissionais liberais: médicos, advogados, professores, economistas, jornalistas, intelectuais, dentre outros. Por isso, encontram certa “facilidade” para se inserirem no mercado de trabalho nos países em que

estiveram exilados. A integração ao universo sócio-cultural foi, de certa forma, um pouco mais tranqüila. A “geração de 68” era constituída por pessoas mais jovens, geralmente oriundas do movimento estudantil que, posteriormente, se integraram em organizações de esquerda e, em sua maioria, tiveram alguma participação na luta armada. Essa “segunda leva”, enfrentou muito mais obstáculos para encontrar trabalho. Isto porque muitos deles não possuíam ainda uma profissão definida, haviam abandonado o curso universitário em função da clandestinidade, da militância ou até mesmo da prisão. Esta diferença entre as duas gerações - quanto à inserção no mercado de trabalho - não se deu apenas no exílio, mas também no contexto do retorno.

4. Constatou-se que, no exílio, a convivência entre as duas gerações foi permeada de divergências e se deu num ambiente, às vezes, conflitivo, em função das diferentes procedências e posições dos grupos de esquerda, embora alguns depoentes a classifiquem como relativamente “tranqüila”.

Denise Rollemberg, afirmou que: “no exílio, as gerações de 1964 e 1968 são como duas margens, duas paralelas que não se tocam. As pontes foram raras e frágeis. Os contatos sempre difíceis, não resultando em atividades mais consistentes. Na verdade, a relação entre as duas gerações nem estava colocada” (CRUZ, 2004:196). Apesar da colocação da autora, percebeu-se que havia certo trânsito entre estas duas gerações e que as relações, embora conflitivas eram, no mínimo, polidas.

5. Observou-se que, no contexto do retorno, houve hesitação, receios e até mesmo desconfiança em relação ao processo de abertura brasileiro. No entanto, apesar das incertezas, do medo e dos receios quanto ao que iriam encontrar aqui, o desejo de voltar era latente e todos o manifestaram em seus depoimentos. Com exceção de dois casos, o de Ricardo Apgaua - que não se adaptou à realidade brasileira e não conseguiu se inserir no mercado de trabalho, retornando à Suécia - e o de Geraldo Cruz, que só se decidiu pelo retorno definitivo recentemente, após várias viagens de férias ao Brasil - a opção pelo retorno foi imediata e a permanência no Brasil não chegou a ser questionada.

A volta foi descrita como algo emocionante, por todos os entrevistados. Recepcionados pela família, pela imprensa, pelos amigos, pelos simpatizantes ou pelos membros dos movimentos de luta pela Anistia, alguns chegaram a ficar surpresos com a receptividade.

6. Passada a euforia da volta, a realidade cotidiana se revela complicada e frustrante, em alguns casos. Os exilados haviam mudado sua maneira de ver e interpretar o mundo. O Brasil também havia se transformado. A maior parte deles se depara com um país totalmente

diferente do que era antes de saírem e se assustam com o que vêem: a miséria aumentara muito e a concentração de renda também. Os valores e a cultura brasileira se destoam daquelas referências trazidas na bagagem, posto que, a experiência do exílio havia possibilitado a conexão com vários povos e outros universos culturais.

Foi recorrente nos relatos o sentimento de estranhamento quanto ao universo sócio-cultural brasileiro, especialmente por parte daqueles que viveram em países europeus, com um grau de desenvolvimento elevado, já que os direitos sociais e civis são questões há muito resolvidas nestes países. A idealização do país - efeito da distância, da longa ausência e da saudade - onde as lembranças se confundem com o desejo, revelam que as referências são irreais e, por isso, se desvanecem no contexto do retorno.

7. Com relação à documentação, percebeu-se que praticamente todos os entrevistados tiveram problemas, especialmente na trajetória do exílio. A maioria viveu no exílio, tanto da geração de 64 quanto da geração de 68, sem documentos ou passaportes, especialmente após o golpe chileno, quando os documentos que portavam foram anulados. Isso lhes trouxe uma série de dificuldades e constrangimentos, especialmente no tocante à inserção no mercado de trabalho, no deslocamento e até nos direitos de assistência social nos países por onde passaram. Vale a pena ressaltar que todos os entrevistados passaram pelo Chile e só posteriormente se dispersaram por outros países.

As complicações, quanto à documentação, estiveram presentes, também, no momento do retorno. Um fato comum observado nos depoimentos foi que, ao retornarem, praticamente todos, passaram por constrangimentos no Aeroporto, onde foram interrogados pela Polícia Federal, chegando a ficar retidos por algumas horas, ou sendo intimados a prestar depoimentos.

Outro aspecto observado diz respeito à questão do reconhecimento de diplomas e títulos obtidos no exterior. Além do trabalho e da questão de natureza burocrática, como a tradução necessária para o reconhecimento, dentre outros, houve casos em que não havia possibilidade de reconhecimento, devido à inexistência de convênios bilaterais entre as universidades. Isso dificultou a inserção no mercado de trabalho e trouxe sérias implicações para seus portadores.

8. A retomada ao papel político também se tornou complicada, especialmente para os militantes da geração de 68. Mesmo quando traziam ambiciosos planos, era difícil inserir-se na nova conjuntura nacional. A descoberta de outros valores, culturas, sistemas e estruturas políticas, ampliou os horizontes, mas também dificultou a compreensão da relação social do povo brasileiro com a ditadura. A necessidade de desmascarar a ditadura e salvar um povo

vitimado por um regime opressor impedia a aceitação do fato de que aquele mesmo regime pudesse ter atendido, em dado momento, aos anseios de considerável parte da sociedade.

A mudança de paradigmas se revelava nas novas alianças políticas experimentadas por alguns exilados. A nova retórica da esquerda foi rejeitada até mesmo pelos mais entusiasmados com a esquerda da época do AI-5. A ingenuidade e/ou certeza daqueles que acreditavam já possuírem o poder, e daqueles que pensavam que teriam um breve regresso foi substituída por outro discurso, com base em uma “maturidade”, revisão ou autocrítica, onde se concluiu que é preciso muito mais para, ao menos, arranhar a estrutura do poder.

Porém, o projeto revolucionário havia representado para muitos a essência da vida. Sendo assim, ao perdê-lo, não mais haviam projetos a serem construídos. Muitos abandonaram a vida política, seja por não conseguirem se inserir nos novos quadros, seja por desacreditarem na forma como o processo político vinha sendo conduzido no país. Mesmo aqueles que tiveram uma intensa atuação política ao retornarem, com o tempo acabam se desencantando com o rumo que o processo político brasileiro foi tomando e optaram por abandonar a atuação na política partidária, atuando em outras áreas. Por outro lado, a inserção no universo sócio-político foi mais tranqüila para a geração de 64. Seja porque passaram a fazer parte dos novos quadros políticos, em função dos contatos e das relações de amizade que possuíam, seja porque, ao retomarem suas atividades profissionais, o acesso foi mais fácil.

9. Se a experiência do exílio implicou na necessidade de reconstrução de identidades, pelas rupturas que provocou ou pela perda dos referenciais nos quais estavam alicerçadas anteriormente; no contexto do retorno essas identidades já se configuram alteradas. Esta nova configuração identitária adveio da necessidade de redefinição de projetos políticos, pessoais ou profissionais, bem como das construções realizadas nos caminhos percorridos e nas alterações das concepções de vida ou de novos valores adquiridos nesta trajetória.

A maior parte dos entrevistados apontou para o fato de que o exílio foi criador e os transformou como pessoas. Apesar do medo, do sentimento de provisoriedade, da instabilidade e das incertezas quanto ao futuro; o contato com outros universos culturais, a apreensão de outras realidades, a convivência com o diferente e o contato com “o outro”, dentre outras razões, possibilitaram uma ampliação de suas visões de mundo. Muitos alegaram terem se transformado em pessoas mais tolerantes, abertas e flexíveis, em função da experiência da adversidade, da diversidade e da maturidade que tal experiência proporcionou.

Frases como a de Ricardo Apgaua -“sou um produto do exílio”, “o exílio mudou a minha maneira de ver o mundo”- ou de Maria do Carmo Brito: “é a tolerância que se aprende

quando se convive com a adversidade e com a diversidade”, “é a apreensão da diversidade, do não comum, do ter que conviver, do contrário” - são a síntese do que afirmaram vários depoentes.

Assim, ao retornarem, os exilados estão inseridos num novo tempo-lugar, que de alguma forma já haviam estado antes. A historicidade desse processo, portanto, só pode ser compartilhada através da memória e da (re) construção da identidade, transfigurada pelo processo vivido e (re) construída fragmentariamente, a partir de algumas passagens cruciais de suas vidas, que aparecem nas narrativas.

10. O exílio deixou marcas profundas, atingindo não só aos exilados, mas, extensivamente, todo o seu universo familiar. Há diversos relatos que evidenciam a desagregação da família como consequência do exílio.

Inúmeras crianças foram condenadas a viver uma infância apátrida e itinerante, além de serem, por muito tempo, afastadas de seu círculo familiar, nas décadas de 60 e 70. Foram, portanto, vitimadas por uma crueldade adicionada ao castigo imposto aos pais, que se opunham ou combatiam o regime militar. Muitos nasceram durante o desterro dos pais, ou ainda eram muito pequenos quando saíram do Brasil. Sem falar nos que viviam em meio ao perigo em função da clandestinidade e passaram a infância trocando de endereços ou identidade e desfazendo, constantemente, os laços afetivos que iam construindo nesta trajetória.

A visão que tinham do Brasil era deformada ou forjada através das lembranças dos pais. Somente após a anistia é que puderam conhecer o Brasil real e a maior parte se chocou com o que viu, especialmente no que diz respeito à miséria e aos direitos sociais. Frustraram-se com o confronto entre o que haviam idealizado e a realidade constatada.

Há que se considerar outra implicação da constante mudança de países: a interrupção dos estudos. Em muitos casos, significou a dificuldade de sistematização ou até mesmo o abandono dos estudos, fato confirmado pelo depoimento de José Maria Rabelo em relação a seus filhos. Além disso, as diferenças culturais e os novos padrões lingüísticos implicaram em dificuldades no aprendizado. É comum o relato de que houve uma “mistura” e confusão de idiomas, como se observou nos depoimentos convergentes.

11. Restabelecido o Estado de Direito, começaram a surgir comissões de ex-presos políticos e ex-exilados em diversos estados brasileiros no intuito de obter reparações pelos danos, físicos, morais ou financeiros, decorrentes da prisão, tortura, morte de familiares ou do exílio. Isso se deu a partir do reconhecimento de que o Estado agiu de modo criminoso contra

alguns de seus cidadãos no período da ditadura militar, privando-os do conjunto de direitos consagrados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem.

A Lei da Anistia, conforme se afirmou, foi parcial e restrita e só foi ampliada a partir do entendimento liberal da Justiça e pela Constituição de 1988. No entanto, ainda não está completa, se tomarmos a democracia como um processo em permanente construção.

Por ser a anistia um processo inacabado, há no seu rastro diversas pendências e injustiças. Além da questão dos mortos e “desaparecidos políticos”, eufemismo amplamente utilizado para encobrir as práticas e crimes praticados pelo Estado Brasileiro - que até hoje não se dignou ao reconhecimento pleno e total de sua responsabilidade - há também as questões das aposentadorias não obtidas e das indenizações não efetivadas ou não recebidas. A idéia da reparação, a partir da Lei da Anistia, foi construída num caminho por vezes tortuoso, onde o ônus da prova e a comprovação de direitos ficou, quase sempre, a cargo do reclamante.

Nos relatos foi constatado que a maioria entrou com alguma ação contra o Estado, recebeu, ou está por receber alguma indenização, além de considerar justo o direito de receber reparações pelos danos sofridos.

Nos depoimentos foram constatados alguns pontos convergentes, que são os seguintes:

1. Para a maioria dos depoentes, apesar de considerarem-no uma violência, uma ruptura com as origens ou um corte em suas vidas e projetos, o exílio é representado de forma positiva, como uma experiência muito enriquecedora.

2. As dificuldades ou questões relacionadas ao idioma é um outro ponto convergente em vários depoimentos colhidos. Alguns exilados relatam ter se acostumado ao idioma do país em que vivenciaram o exílio. Aprenderam a falar, escrever e a pensar de acordo com os padrões deste idioma e, ao retornarem, demonstram dificuldades em escrever ou falar no idioma de origem. Isto teve algumas implicações, inclusive profissionais.

3. A confusão e a mistura de idiomas é um fato muito comum aos filhos de exilados. Em seu livro “*Memórias do exílio*”, José Maria Rabelo afirma que seu filho caçula Ricardo Rabelo, que saíra do Brasil com apenas dois anos e sem falar ainda o português, chegava a misturar os três idiomas aprendidos na trajetória do exílio: português, a língua falada no âmbito doméstico, espanhol, devido ao exílio na Bolívia e no Chile e o francês. Ao comentar o resultado de uma eleição no Chile, em que o governo sofrera uma derrota considerável, Ricardo elaborou uma frase construída com o caco das três línguas: “Mira, *papi*, que grande *defaite* sofreu o *governo*”.

Hélio Rabelo, que saiu do Brasil com apenas quatro anos de idade, sendo alfabetizado no Chile e, posteriormente na França, relata o estranhamento em relação ao português ao retornar, e os problemas gerados pelo fato de possuir três idiomas como referência.

O próprio José Maria Rabelo alegou que, no exílio, estava perdendo o domínio da língua portuguesa, o que seria comprometedor para seu trabalho como jornalista e escritor.

Geraldo Cruz, cujo depoimento é repleto de expressões em inglês, língua falada na Nova Zelândia, país onde viveu durante 32 anos, também alega que seu filho Tomaz, na primeira vez em que veio ao Brasil, fazia muita confusão ao falar.

4. Outro ponto convergente ligado ao universo familiar, foi o fato de que o retorno dos pais significou o exílio dos filhos. Ao contrário dos pais, que sonhavam com a decretação da Anistia, e estavam de “malas prontas” para o retorno, muitos filhos não desejavam vir para o Brasil. Em seu depoimento, Vânia Bambirra afirmou que os filhos não desejavam o retorno e vieram praticamente forçados.

5. Um aspecto comum observado nos depoimentos da geração de 68, foi a difícil e angustiante resolução de abandonar a luta e sair do país. Percebeu-se que isto provocou um forte sentimento de culpa e remorso por parte dos que saíram. Em sua obra “*A Ditadura Escancarada*”, Elio Gaspari atentou para este fato.

Em vários depoimentos ficou evidente a predominância deste sentimento, embora alguns tenham preferido sair por não suportarem a pressão psicológica da vida na clandestinidade, traduzida na constante sensação de insegurança e medo.

Estes foram, portanto, os principais indicativos observados nos relatos dos depoentes. Outras proposições poderão ser encaminhadas, na medida em que novos diálogos sejam estabelecidos com essas e outras fontes.

Referências Bibliográficas:

- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio: Entre Raízes e Radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- GRECO, Heloisa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese de doutorado apresentada a FAFICH – UFMG. Belo Horizonte, 2003.